**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTIVA, ESTADO DE MINAS GERAIS LEGISLATURA 2013**

Aos vinte dias do mês de maio do ano dois mil e treze, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Estiva, às 19:00 horas, sob a Presidência da Vereadora Mirian Marques, foi realizada a oitava Reunião Ordinária da Legislatura 2013. Após ter verificado a presença dos Vereadores: Aparecido Bueno Brandão; Édson Silva Ramalho; Francisco Roberto de Almeida; José Roberto Pereira; Juliana Mota Ribeiro; Marcelo Moreira Lopes; Pedro Cirino; Willian Eduardo Pereira, que assinaram a lista de presença, a Sra. Presidente declarou aberta a sessão, rogando pela proteção de Deus na realização dos trabalhos que ora se iniciavam. **1ª PARTE: EXPEDIENTE:** Determinou a Sra. Presidente que fosse lida a ata da sessão anterior, realizada aos seis dias do mês de maio do corrente ano. Após a leitura, solicitou ao plenário que se manifestasse, não havendo ressalvas a registrar, declarou aprovada a ata. **CORRESPONDÊNCIAS DA CASA:** Ofício nº 020/13 – encaminha leis para sanção e nº 021/13 – faz Moção de Pesar à família de José Francisco Pereira. **CORRESPONDÊNCIAS EXTERNAS:** Ofíciosdo Ministério da Saúde, informando transferências de recursos; Ofício do Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, presta informação e Ofícios do Tribunal de Contas de Minas Gerais, faz solicitação. **INDICAÇÃO:** nº 052/13 do Ver. José Roberto – requer que seja providenciada a iluminação na estrada do bairro Ribeirão das Pedras, sentido Fernão Dias, próximo a residência do Sr. “Adão Pereira” e nº 053/13 do Ver. Édson – requer que seja realizada a manutenção da estrada do Posto Dom Pedro até a divisa com o município de Consolação. **REQUERIMENTO:** nº 017/13 do Sr. Jésus dos Santos Moreira, requer o uso da tribuna livre. O Requerimento foi deferido pela Sra. Presidente. **TRIBUNA LIVRE:** Fez uso da palavra o Sr. Jésus dos Santos Moreira, membro do Conselho Tutelar, afirmando ter vindo a esta Casa no intuito de fazer uma denúncia e buscar o apoio da Câmara. *“Está na hora de colocar o problema em questão, já que a Câmara é um órgão fiscalizador. O Conselho Tutelar de Estiva é composto por cinco membros, temos uma carga horária de quarenta horas semanais, sendo oito horas diárias, trabalhamos de segunda a sexta feira e nos finais de semana há uma escala de plantão, temos um telefone celular para atender os casos de emergência. Eu sou o único membro que cumpre às oito horas de trabalho por dia, os demais Conselheiros cumprem cinco horas diárias e para não cumprir esta carga horária correta alegam que fazem o plantão, mas o plantão é realizado aos finais de semana e não se inclui na carga horária de quarenta horas semanais. Se eu exerço às oito horas de trabalho, os demais também deverão cumprir a carga horária. Temos um livro de ponto, que é controlado por nós mesmo e que no final do mês, tiramos uma cópia e encaminhamos ao executivo. O ideal seria um relógio de ponto. É necessário exigir o cumprimento da carga horária dos demais funcionários do Conselho Tutelar, se não corrigirmos o erro, ele permanece. O nosso salário é pago com o dinheiro do município, somos regidos pela Lei Municipal 1.212/2009, o que vem acontecendo é um abuso, uma vergonha, sinto-me vergonha de ser um Conselheiro diante desta situação. Quando assumimos o cargo, assinamos um termo. O Conselheiro Tutelar só pode exercer esta função. Porém, há um outro problema que vem acontecendo, tem Conselheiro que tem dois empregos, e isso é proibido. Estou fazendo está denúncia não é para brigar com meus colegas de trabalho, estou procurando ser honesto e transparente, estou aqui para conscientizá-los e fazer cumprir a Lei. Já levei o mesmo problema ao conhecimento do Promotor da Comarca da Infância e da Adolescência de Pouso Alegre-MG, Dr. Marcelo Rutter Salles e fui orientado a levar o fato ao conhecimento do Executivo e do Legislativo. Peço aos senhores Vereadores que analisem com carinho esta denúncia, que tomem providências diante da situação, pois os Conselheiros trabalham com a vida, com a adolescência. Peço que o artigo 37 da Lei 1.212/2009 seja respeitado e que seja cumprido como todo servidor público cumpre.”* O Conselheiro Jésus também alegou que por ser Coordenador Regional do Fórum Mineiro do Conselho Tutelar do Sul de Minas, Coordenador do Fórum Contra a Violência Doméstica e da Infância e Adolescência de Minas Gerais e Coordenador da Associação do Conselho Tutelar de Minas Gerais, ele participa de muitos cursos de capacitação e encontra dificuldades em transmitir o que lhe foi passado para os demais Conselheiros. Falou ainda sobre a falta de ética e sigilo dos companheiros de trabalho, o que atrapalha o andamento das atividades do Conselho. Ato contínuo, os Vereadores fizeram várias perguntas, tirando suas dúvidas quanto ao trabalho e as obrigações dos Conselheiros Tutelares. O Ver. Marcelo agradece a participação do Sr. Jésus na sessão, parabenizando-o pela atitude e pela coragem da ação e pede que a Presidente analise os fatos. O Ver. Francisco Roberto, disse que não dúvida das palavras do Sr. Jésus, mas sugere que convoque um conselheiro para a próxima sessão, no intuito de fazer uso da tribuna livre, com o direito de resposta. O Ver. Willian propôs agendar uma reunião com o Executivo, Legislativo e Conselho Tutelar para apurar a denúncia. Em seguida, a Sra. Presidente colocou em votação nominal os pedidos dos vereadores: Francisco Roberto e Willian, que foram aprovados por unanimidade. Em continuidade, o Ver. José Roberto pediu para convocar a Secretária do Esporte, Srta. Ana Paula Andrade, para participar da próxima sessão, para esclarecer sobre o campeonato de futebol. *“A população gosta do campeonato e como não está ocorrendo, estão cobrando a realização do mesmo, uma vez que está havendo somente treinos à noite.”* A Sra. Presidente também colocou em votação nominal o referido pedido, sendo ele aprovado por unanimidade. O Ver. Édson disse que já está sendo preparada a licitação dos produtos para revitalização do solo e controle das pragas do campo de futebol e que após o término do processo será realizada a manutenção do campo em duas etapas, sendo a primeira na metade do campo e a segunda na outra parte. O Ver. José Roberto registrou o seu agradecimento quanto a uma indicação de sua autoria que foi atendida pelo Secretário de Obras, Sr. Sebastião Tadeu de Almeida. O Ver. Aparecido reforça a necessidade da manutenção da iluminação pública, pois à noite muitas ruas da cidade estão às escuras. O Ver. Marcelo afirmou que no ano passado enquanto participou dos ensaios da peça teatral “Paixão de Cristo”, que era realizado à noite, algumas pessoas questionavam sobre os gastos da energia elétrica do estádio em virtude de estar havendo freqüentemente treinos de futebol à noite. *“Várias vezes estive observando o trabalho desenvolvido pelo “Wellinton e Mikimba” e posso afirmar que é excepcional, não tem nem que questionar, e acredito que os treinos são realizados no período noturno, pois os mesmos fazem este trabalho voluntário e possuem suas obrigações durante o dia, mas apoio o que o Ver. José Roberto falou, se há treinos, porque não realizar o campeonato, temos que analisar os dois lados da situação. No mandato passado criticavam os gastos com a energia elétrica e agora não. Não vejo outra coisa a não ser politicagem. Gostaria de tratar de um outro assunto também que é sobre o hospital. Li no jornal sobre um aumento no repasse do hospital, mas do jeito que está o atendimento não tem como continuar. Uma paciente me disse que foi atendida pelo farmacêutico porque estava doente mas como não tinha febre o médico do hospital não a atendeu. Este fato é vergonhoso, fico indignado diante da situação. Não existe Lei para atender doze pacientes, o que existe é a carga horária a ser cumprida. Se acontecer novamente, peço o apoio da Sra. Presidente para convocar o Diretor do hospital para esclarecimento, pois o mínimo que podemos cobrar é atendimento.”* O Ver. Aparecido se solidarizou com o Ver. Marcelo dizendo que já ouviu muitas reclamações referentes ao hospital. O Ver. Willian reitera o pedido ao executivo municipal quanto às respostas das indicações e requerimentos desta Câmara, dizendo que os pedidos visam atender as necessidades do povo, e porque os vereadores precisam dar uma resposta à população, explicando a real situação da solicitação feita. *“Quanto aos serviços de fisioterapia, às pessoas precisam vir de madrugada para agendar fisioterapia e muitas vezes não há vaga. Como a demanda é muito grande, peço ao executivo uma melhora neste agendamento. Um outro assunto é que até hoje não foi feita uma política pública para apoiar tecnicamente os produtores rurais, voltada para a valorização do homem do campo. Peço que a Emater desenvolva um trabalho em conjunto com os produtores rurais neste sentido, atuando mais efetivamente, dando prioridade para o acesso às lavouras.”* O Ver. Francisco Roberto pede a isenção da taxa que é cobrada para fazer o caminho até a lavoura do produtor rural, pois a produção rural é incerta e muitas vezes o produtor ganha somente o necessário para o próprio sustento. O Ver. Pedro disse que ser for manutenção de estrada que dá acesso à lavoura não pode ser cobrada, pois é proibida por Lei. Por sua vez a Mesa Diretora esclareceu aos vereadores: Francisco Roberto e Pedro que as taxas que estão sendo cobradas pela Administração referem-se a serviços em propriedades particulares e não aos serviços relacionados ao escoamento da produção agropecuária do município. Esclareceu ainda que a taxa a que se refere o Ver. Francisco Roberto dá-se em razão da Lei nº 1.319/12. **APRESENTAÇÃO**: Foram apresentados os Projetos de Resolução nº 003/13 e 004/13 – que versam respectivamente das Prestações de Contas do exercício de 2004 e do exercício de 1983, os projetos foram encaminhados as comissões competentes. **PROJETOS:** A Sra. Presidente colocou em segunda votação o Projeto de Lei nº **011/13** – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Exercício 2014, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi lida a redação final da Lei nº **1.340/13** – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Exercício 2014, que posta em votação foi aprovada por unanimidade. A Sra. Presidente determinou o encaminhamento da Lei à sanção do executivo municipal. Em seguida, foram apresentados os Projetos de Lei nº **013/13** – Dispõe sobre a Política Municipal de Turismo e o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Estiva – MG; nº **014/13** - Dispõe sobre gratificação de servidores atuantes junto a programas da atenção básica de saúde e nº **015/13** – Dispõe alterações na Lei Municipal 1212/09 que reformula o Conselho Municipal de Direitos da Criança e da Adolescência. Os projetos foram encaminhados para as comissões competentes para posterior apreciação em plenário. Finalizando os trabalhos, a Sra. Presidente convocou os Srs. Vereadores para a 9ª Reunião Ordinária, a se realizar no dia 03 de junho de 2013. Em seguida, determinou que se lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Estiva, 20 de maio de 2013.